

Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP¹

Rodolfo de Souza Lima

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: rodolfodeslima@gmail.com

Ricardo Pires de Paula

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: ricardo.pires@unesp.br

Resumo

A chamada Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) é uma proposta cunhada no âmbito do Banco Mundial (BM) que concede empréstimos para camponeses comprarem terras de fazendeiros à preço de mercado, isto com vistas a substituir a reforma agrária pela via da desapropriação. Essa proposta começou a ser implantada no Brasil na segunda metade dos anos 1990 por meio do crédito fundiário. Nosso trabalho visa contribuir nesse debate, analisando o processo de territorialização das políticas de CRAM no Pontal do Paranapanema em São Paulo. Observaremos que a expansão da CRAM na região foi um processo articulado pelos fazendeiros e ruralistas como mais uma tática para contrapor o avanço da luta pela terra. Também foi possível ver, pela análise dos empreendimentos do crédito fundiário, em especial o Banco da Terra (BT), a distância entre o discurso do BM e a realidade dos empreendimentos cujos resultados se materializam numa lógica dialética de subordinação e resistência.

Palavras-chave: Banco Mundial; neoliberalismo; território; subordinação; resistência.

Subordination and resistance: the implications of the Agrarian Counter-reform of Market in Pontal do Paranapanema - SP

Abstract

The so-called Agrarian Market Counter-Reform (CRAM) is a proposal coined by the World Bank (WB) that grants loans to peasants to buy land from farmers at market price, with a view to replacing land reform with expropriation. This proposal began to be implemented in Brazil in the second half of the 1990s through land credit. Our work aims to contribute to this debate by analyzing the process of territorialization of CRAM policies in Pontal do Paranapanema in São Paulo. We will note that the expansion of CRAM in the region was a process articulated by farmers and ruralists as another tactic to counter the advance of the struggle for land. It was also possible to see, through the analysis of land credit ventures, in special Banco da Terra (BT), the distance between the WB discourse and the reality of the ventures whose results materialize in a dialectical logic of subordination and resistance.

Keywords: World Bank; neoliberalism; territory; subordination; resistance;

Subordinación y resistencia: las implicaciones de la Contrarreforma Agraria del Mercado en Pontal do Paranapanema - SP

¹ Este trabalho apresenta os resultados da dissertação “Do sonho da terra ao pesadelo da dívida: a territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema” defendida em 2018 que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo nº 2016/03102-7)

Resumen

La llamada Contrarreforma Agraria del Mercado (CRAM) es una propuesta acuñada por el Banco Mundial (BM) que otorga préstamos a los campesinos para comprar tierras a los agricultores a precios de mercado, con el fin de reemplazar la reforma agraria por expropiación. Esta propuesta comenzó a implementarse en Brasil en la segunda mitad de la década de 1990 a través del crédito de tierras. Nuestro trabajo tiene como objetivo contribuir a este debate mediante el análisis del proceso de territorialización de las políticas de CRAM en Pontal do Paranapanema en São Paulo. Notaremos que la expansión de CRAM en la región fue un proceso articulado por agricultores y ruralistas como otra táctica para contrarrestar el avance de la lucha por la tierra. También fue posible ver, a través del análisis de proyectos de crédito de tierras, especialmente el Banco da Terra (BT), la distancia entre el discurso de BM y la realidad de los proyectos cuyos resultados se materializan en una lógica dialéctica de subordinación y resistencia.

Palabras clave: Banco Mundial; neoliberalismo; território; subordinación; resistencia.

Introdução

A luta pela terra já se consolidou como tema nas pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Humanas. Muitos são os trabalhos que se dedicam a esmiuçar os conflitos entre camponeses e latifundiários ou camponeses e aparato estatal. Nos últimos anos têm crescido o interesse em acompanhar o papel de certos organismos internacionais nos conflitos fundiários, principalmente para descortinar a imbricada relação entre esses organismos e os Estados nacionais. É nesse contexto que destacamos a atuação do Banco Mundial (BM) como um dos sujeitos na implementação de uma agenda voltada para adoção de políticas públicas em vários países com foco na priorização de aquisição de terras e suposta promoção do desenvolvimento agrário. As políticas gestadas pelo Banco Mundial e implementadas em países como o Brasil serão nominadas aqui de Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM), como contraponto à leitura de Reforma Agrária teorizada e defendida por movimentos camponeses e intelectuais progressistas.

Pretendemos, no presente artigo, analisar o processo de territorialização dessa Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) no Pontal do Paranapanema/SP por meio das políticas de crédito fundiário e entender as relações entre território, Estado, movimentos camponeses e implicações para as famílias abrangidas por essa política.

A metodologia aplicada envolveu a pesquisa documental, buscando informações em relatórios oficiais e acadêmicos, notícias e banco de dados. Além disso, foram realizados trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com militantes, funcionários públicos, líderes de associações e famílias mutuárias. Em nosso recorte, priorizamos os empreendimentos² do Banco da Terra (BT) situados na região onde realizamos trabalho de

² Utilizamos o termo empreendimento e mútuario para “demarcar as diferenças existentes nos processos de acesso à terra” (RAMOS FILHO, 2008, p.33) em relação, respectivamente, ao assentamento e ao assentado.

campo e entrevistas com líderes da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José de Presidente Prudente/SP, Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Marambaia de Rancharia/SP e Associação dos Agricultores Familiares, Assentamento Cristo Rei, localizada em Tarabai/SP.

O texto tem quatro itens articulados entre si, além da introdução e as considerações finais. No primeiro item, tratamos da concepção da CRAM e seus principais componentes no âmbito do Banco Mundial (BM) e a incorporação da sua agenda no Brasil por meio das políticas de crédito fundiário. No segundo, caracterizamos a questão agrária na região do Pontal do Paranapanema, evidenciando a trama social que desembocou no processo de territorialização da CRAM. O terceiro item contém uma análise dos três empreendimentos elencados acima como recorte territorial da pesquisa nos municípios de Presidente Prudente/SP, Tarabai/SP e Rancharia/SP, a fim de constatar a distância entre as premissas assinaladas no discurso do BM e a realidade objetiva. O quarto e último item elucida os processos de subordinação e resistência a que as famílias mutuárias estão sujeitas no empreendimento, revelando as contradições das territorialidades em construção.

A consolidação das políticas de crédito fundiário do Banco Mundial no Brasil

Na segunda metade dos anos 1990 o Banco Mundial (BM) passou por um conjunto de reformas chamadas de “2º geração”, que tinham como objetivo “reciclar” a política neoliberal, para responder aos seus impactos regressivos. Nesse ínterim, incorporou o tema da terra e da reforma agrária à agenda neoliberal e passou a disseminá-la pela América Latina, África e Ásia. O objetivo foi substituir o modelo desapropriativo de reforma agrária por um mecanismo de compra e venda de terras entre camponeses pobres e proprietários, por meio da concessão de empréstimos mediados pelo Estado e executado pelo sistema financeiro (PEREIRA, 2004).

A Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) surgiu da crítica à reforma agrária, considerada pelo BM como tradicional, ou seja, um modelo desapropriativo. Esse modelo, segundo o BM, era conflituoso para os proprietários; insustentável financeiramente; incompatível com o livre funcionamento e com a liberalização dos mercados, e coercitivo aos proprietários, entre outros argumentos. Em contrapartida, o BM apresentou a CRAM como uma “reforma agrária à luz do mercado”. Sua vantagem sobre a outra seria o fato de ser dirigido pela demanda (*demand-driven approach*), ou seja, pelo mercado; pois

Enquanto no primeiro predomina a visão neoliberal na qual as famílias tomam empréstimos e se tornam mutuárias, a partir da criação de um empreendimento econômico, no segundo temos a dimensão política da luta pela terra, no qual as famílias forjam espaços de socialização política e se organizam para realizar ações como ocupações, manifestações, etc. que pressionam o Estado para a criação de assentamentos de reforma agrária, tornando-se assentadas.

“estimularia a associação e as relações comunitárias”; seria “descentralizada e desburocratizada”; e induziria ao “desenvolvimento produtivo dos empreendimentos”.

Entendemos a CRAM conforme Ramos Filho (2013), como um processo que visou, de um lado, deslegitimar o modelo desapropriativo de reforma agrária, não desconcentrando a terra, e, de outro, favorecer os interesses dos latifundiários, pela realização da renda capitalizada e do capital financeiro pelos juros. Conforme apontado por Pereira (2004), a CRAM desconsidera a questão agrária e se fundamenta na centralidade do mercado, na descentralização administrativa, nas privatizações e na relação entre vendedores e compradores. A sua inserção em países como Indonésia, Tailândia, Filipinas, Índia, África do Sul, Malawi, Zimbábue, México, Guatemala, Colômbia, El Salvador, Honduras e Brasil revelou sua ineficácia na superação da pobreza, na desconcentração fundiária e no desenvolvimento rural (RAMOS FILHO, 2008, 2013; PEREIRA, 2004).

O processo de incorporação da CRAM no Brasil ocorreu a partir das políticas de crédito fundiário durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002) e avançou como uma forma de combater o avanço da luta pela terra. Havia um contexto de neoliberalização, de um lado, (BOITO Jr. 1999), e de crescente aumento no número de ocupações de terra, organizadas sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos camponeses (FERNANDES, 1999). O governo FHC estava alinhado ao Consenso de Washington, adotando as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM. Segundo Fernandes (2008; 1998), a política de reforma agrária no primeiro mandato de FHC (1995-1998) era paliativa e focalizada na atenuação dos conflitos e o que teria impulsionado a criação de assentamentos eram as ocupações de terras promovidas pelos sem-terra, resultando em 2.345 assentamentos para 298.425 famílias durante esse período (DATALUTA, 2016).

A intensificação das ocupações foi respondida com o aumento da repressão aos movimentos socioterritoriais. A repercussão causada pelos massacres de Corumbiara (RO) em 1995 e de Eldorado dos Carajás (PA) em 1996 obrigou FHC a incorporar o tema da reforma agrária no cenário político. Nesse ínterim, o governo incorporou as recomendações do BM para o campo brasileiro e, com isso, incorporou a CRAM, por meio de políticas de crédito fundiário. O governo federal criou programas de crédito fundiário, como o Projeto Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT), Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), Combate à Pobreza Rural (PCR), abrangendo cerca de 44.335 famílias. A territorialização da CRAM se deu nos estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, além de Goiás e Mato Grosso do Sul (RAMOS FILHO, 2013)

As análises têm mostrado que as experiências dos empreendimentos de CRAM foram desastrosas – assentamentos localizados em solos inadequados, elevada inadimplência das famílias, incentivo à minifundialização, entre outros (ANDRADE,

1998/1999; ALENCAR, 2006; GEMINIANI, 2006; DA ROS, 2006; OLIVEIRA, 2005, RAMOS FLHO, 2013; SILVA; CLEPS JUNIOR, 2012; VIA CAMPESINA, 2006).

Os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma (2003-2016), que vieram na sequência dos mandatos de FHC, desenvolveram, grosso modo, uma estratégia que visava combinar o crescimento econômico com a redução da pobreza. Nesses governos, houve uma frente política contraditória e heterogênea organizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ela abarcou setores da classe dominante e das classes dominadas, sob o comando da fração interna da burguesia, ligados aos proprietários de terra e a burguesia agroindustrial, por exemplo, sem confrontar os interesses do capital financeiro (BOITO Jr., 2018; KATZ, 2016).

Como aponta Delgado (2012, p. 94), os governos neodesenvolvimentistas apostaram no fortalecimento do agronegócio, destinando a maior parte dos recursos para seu crescimento. A classe trabalhadora urbana, assim como o campesinato, tinha posição subordinada dentro da política neodesenvolvimentista, mas conseguiu conquistas importantes tais como: políticas de redução da pobreza como o Fome Zero; Minha Casa Minha Vida e, no âmbito da questão agrária, houve a criação do Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional da Alimentação Escolar e consolidação do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária.

Como afirma Fernandes (2013), os movimentos camponeses perceberam a correlação de forças desfavorável à reforma agrária e intensificaram as ocupações de terra. Esse fator foi importante para pressionar o Estado na criação de assentamentos. Nesse sentido, durante os governos neodesenvolvimentistas foram assentadas 364.947 famílias (Tabela 1)

A CRAM foi reciclada e teve continuidade nos governos Lula e Dilma. Foram criados o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que se tornou uma política de Estado, e as modalidades Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e as linhas Nossa Primeira Terra (NPT), Terra para a Liberdade (TL) e o Terra Negra Brasil (TNB). Como demonstra a Tabela 1, no governo Lula, 84.113 famílias acessaram empreendimentos de CRAM e nos governos Dilma, 13.136 famílias. Nesses governos a CRAM se territorializou nos estados das regiões Centro-Oeste e Norte.

Tabela 01: Brasil – Número de famílias em assentamentos e empreendimentos - (1995-2014).

Governos	Assentamentos	Empreendimentos
FHC I (1995-1998)	298.425	4.856
FHC II (1999-2002)	163.078	39.479

Lula I (2003-2006)	205.831	41.348
Lula II (2007-2010)	116.980	42.765
Dilma (2011-2014)	39.136	13.643

Fonte: Dataluta (2015); PNCF (2016). Org. Autores.

Com o golpe em 2016 e a chegada de Michel Temer (MDB 2016-2018) à presidência, instalou-se um novo ciclo neoliberal, que dura até os dias atuais. O governo Temer passou a mover um conjunto de contrarreformas que contemplaram também o tratamento da questão agrária. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os cortes nas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, na obtenção de terras e no crédito fundiário são algumas das medidas que compuseram a agenda de desmonte das políticas públicas voltadas para o campo. A CRAM foi mantida com menos recursos, remodelada, contando com novas taxas de juros e tetos financeiros. Foram criados o PNCF Social; PNCF Mais e PNCF Empreendedor. Até 2017, Temer criou cerca de 1.258 empreendimentos.

No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), eleito em 2018, houve uma aliança das frações das classes dominantes em torno do programa neoliberal (BOITO JUNIOR, 2019). Sua agenda para o campo incluiu o fortalecimento praticamente irrestrito do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, paralisação da reforma agrária e repressão aos movimentos camponeses (SAUER, 2019). Nesse sentido, o tratamento do crédito fundiário tende a se manter e a reproduzir ou ampliar as desigualdades no campo.

Isso é possível de ser afirmado quando observamos o tratamento desigual dado às dívidas do crédito fundiário e as dívidas do agronegócio. As dívidas do crédito fundiário, segundo a SEAD (2016), somavam R\$ 4 bilhões no Brasil, enquanto a desoneração prevista para o agronegócio, no bojo da reforma da previdência aprovada pelo governo Bolsonaro em 2019 era estimada em cerca de R\$ 84 bilhões³. Esse valor pagaria a dívida do crédito fundiário em 21 vezes.

A CRAM, após ter sido inserida pelo governo FHC, através do Banco da Terra, tornou-se uma política de Estado, quer dizer, uma ação permanente e utilizada em diferentes formas e intensidade pelos governos seguintes. Dependendo da correlação de forças, dos interesses das classes no bloco no poder, ela tem sido empregada como uma forma de Contrarreforma Agrária. Além disso, é importante observar as lutas e os conflitos territoriais levadas a cabo pelos movimentos que, através de suas ações, pressionam o Estado por outros modelos que efetivamente democratizem a estrutura fundiária. Esse duplo aspecto

³ Os produtores devem contribuir com o Funrural para ajudar a custear a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Atualmente a dívida dos produtores com o Funrural é cerca de R\$ 26 bilhões. Ver mais em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-especial-devolve-beneficio-ao-setor-rural-e-retira-r-84-bi-da-previdencia,70002905965>>; e <<https://blogs.canalrural.uol.com.br/ultimasdebrasil/2019/06/14/relatorio-da-previdencia-permite-renegociacao-ou-extincao-do-funrural/>>

pode ser bem visualizado quando analisamos o processo de implementação da CRAM na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo.

Combate à pobreza rural ou à luta pela terra?

Antes de abordarmos o processo de territorialização da CRAM na região do Pontal do Paranapanema propriamente dito, é necessário apontar algumas características da questão agrária nessa região. O Pontal é demarcado por 32 municípios localizados no sudoeste do estado de São Paulo. Esses municípios têm uma área total de aproximadamente 1.884.400 ha, sendo que cerca de 439.198 ha são consideradas terras devolutas, devido ao intenso e violento processo de grilagem e concentração fundiária (ITESP, 2007; LEITE, 1998). Outra característica é o intenso conflito fundiário entre latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR) e camponeses, sobretudo no MST. Esse conflito tomou grandes proporções durante os anos 1990 e 2000.

A chegada do MST no Pontal potencializou a capacidade de organização dos camponeses, ampliando as ocupações e o número de famílias envolvidas, levando à criação de vários assentamentos rurais. Entre 1987 e 2015, foram criados 112 assentamentos, envolvendo 139.682 ha e beneficiando 5.892 famílias (DATALUTA, 2016). Como resposta, os grandes proprietários rurais organizaram a UDR para representar seus interesses e reprimir o movimento camponês - “[...] a UDR virou a mais citada organização ruralista do país e o Pontal não parou de ser o foco de conflitos fundiários” (CUBAS, 2012, p. 127).

Durante esse período de ascensão do conflito fundiário na região, as táticas de Contrarreforma Agrária se tornaram cada vez mais complexas, tomando várias formas (LIMA, 2018, p.122-127), tais como criminalização de lideranças camponesas, abertura de processos criminais, tentativas de cooptação, perseguição e tentativas de assassinatos, desmoralização dos movimentos por meio da grande imprensa e tentativa de legitimação das terras griladas e improdutivas. Foi nesse contexto que emergiu a CRAM. Vejamos a questão mais de perto a partir dos conceitos de espacialização e territorialização.

Segundo Ramos Filho (2008), a territorialização de um empreendimento de CRAM é antecedida por um processo de espacialização que tem duas dimensões, distintas, porém articuladas. A primeira é o dimensionamento do espaço jurídico-institucional, “no qual se realiza a elaboração, aprovação, execução e controle das normas operacionais do programa pelas instituições financeiras (Banco Mundial e bancos federais) e Estado” (RAMOS FILHO, 2008, p. 116). Nesse sentido, é uma política pensada “de cima para baixo”. A segunda diz respeito ao espaço da subalternidade que, por meio de reuniões com as famílias, os gestores e os políticos locais, buscam convencer as famílias a captarem financiamentos e os supostos benefícios dos programas de crédito fundiário.

Dimensionados os dois espaços, as famílias são convencidas a comprarem frações do território capitalista a preços de mercado, submetendo as famílias ao controle do capital financeiro até o pagamento da dívida. O “campesinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra” (RAMOS FILHO, 2008, p. 117-118). Em suma, no processo de territorialização “é o próprio capital que se territorializa nesta operação mercantil: o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros” (RAMOS FILHO, 2008, p. 117-118).

O espaço jurídico-institucional começou a ser construído no estado de São Paulo no final dos anos 1990, durante o governo de Mário Covas (PSDB), a pedido de políticos ruralistas do Pontal.⁴ Em 2000, foi realizado um acordo de cooperação entre governo do estado, governo federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Força Sindical com vistas à criação do Banco da Terra (BT). Foi alocado um recurso inicial de R\$ 30 milhões para infraestrutura e compra de terras, expandindo-se posteriormente. O titular do MDA, Raul Jungmann, fez uma afirmação que revelava a intencionalidade de desqualificar a desapropriação para fins de reforma agrária, qualificando-a como um instrumento punitivo e anacrônico: “Reforma agrária não se faz apenas pela desapropriação, pela punição ao latifundiário. Isso é discurso do passado. Esse programa tem sabor de modernidade e avanço” (SÃO PAULO, 2000)

Depois do dimensionamento do espaço jurídico-institucional, a CRAM passou a se territorializar por São Paulo por meio das modalidades Banco da Terra (BT) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Entre 2000 e 2015, foram criados em São Paulo 494 empreendimentos, abrangendo 2.659 famílias em uma área de 16.477 hectares. Foram 96 empreendimentos do BT envolvendo 2.164 famílias em 14.313 ha. Já o CAF criou 398 empreendimentos com 495 famílias em 2187,7 ha.

No bojo da intensa luta pela terra no Pontal do Paranapanema, a grande imprensa foi a primeira a se posicionar em defesa das políticas de crédito fundiário como alternativa à criação de assentamentos. O jornal *O Imparcial*, em editorial intitulado “Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos rebelde”, demonstrou seu posicionamento em relação à questão agrária na região. O editorial defendeu que a postura crítica do movimento era uma demonstração puramente ideológica e incompatível com os interesses da sociedade e dos fazendeiros:

Outro ponto importante combatido pelo Banco da Terra são as desapropriações [...] essa questão das desapropriações coloca o

⁴ Houve uma demanda dos vereadores Benedito da Silva (PSDB) e Geraldo Aparecido Pazoti (PPS), representantes da Câmara de Vereadores do município de Taciba/SP.

⁵ *O Imparcial* é um jornal de tiragem regional que hoje atinge 54 municípios do oeste paulista. Foi fundado em 1939 em Presidente Prudente/SP. Fonte: <https://www.facebook.com/pg/OImparcial/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 13/09/2019.

contribuinte e proprietários de terra em polvorosa [...] Por que não podemos criar métodos mais justos para a sociedade e para os fazendeiros? [...] (O *Imparcial*, 22/12/1998)

O espaço jurídico-institucional forjado no Pontal revelou os interesses dos latifundiários na disseminação do BT. Após sua articulação no estado, em junho de 2001, foi oficializado um acordo de cooperação entre a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), a Força Sindical, o Banco da Terra e o Conselho Regional de Desenvolvimento de Presidente Prudente. A UNIPONTAL⁶ ficou responsável pelo gerenciamento do programa em toda a região enquanto a Força Sindical assumiu a capacitação técnica dos agrônomos que dariam assistência nos empreendimentos. Foi destinado pelo governo federal um aporte de R\$ 30 milhões para três anos, visando atingir 1.500 famílias. Além das supracitadas entidades, estavam presentes no evento um representante do MDA, Gilmar da Conceição Viana, e representantes da UDR (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001).

Viana, porta-voz do MDA e do governo federal, reproduziu o discurso alinhado ao BM: “Com o Banco da Terra o governo pretende promover uma reforma agrária pacífica, sem conflitos e que possa atender as famílias realmente interessadas na região” (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001, p. 1.5). O BT foi alardeado pelos seus representantes e pela imprensa como uma vitória da UNIPONTAL e dos prefeitos; os beneficiados, segundo os defensores do BT, seriam todos os membros da sociedade. Segundo Carlos Henrique de Araújo, gerente regional do BT, “O Banco da Terra é uma conquista do presidente da UNIPONTAL, o prefeito Agripino Lima, bem como de todos os prefeitos da região” (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001, p. 1.5). Esse argumento foi ressaltado também no editorial “Unipontal Avança” (OESTE NOTÍCIAS, 12/05/2001, p. 1.2), e pelo deputado federal do PSDB-SP Francisco Graziano, em reunião com a gerência do BT na região. O deputado declarou que “O Banco da Terra tem uma proposta moderna de reforma agrária para a região” (OESTE NOTÍCIAS, 01/09/2001, p. 1.3).

Realizadas essas primeiras atividades a fim de legitimar os projetos a partir dos pressupostos do BT, começou a ser dimensionado o espaço da subalternidade. As inscrições para o BT começaram em julho de 2001, assim como a seleção das famílias e reuniões para a seleção de áreas e projetos produtivos.

Foram criados 8 empreendimentos do BT na região entre os anos de 2001 e 2002, envolvendo 245 famílias em 1.539 ha. O total de recursos destinados foi de R\$ 6.699.387,00. Em 2006, houve um incremento da CRAM, por meio da efetivação da modalidade CAF.

⁶ A UNIPONTAL é uma entidade alinhada aos interesses da burguesia e dos latifundiários da região. Durante o período em foco, o presidente da entidade era Agripino Lima, também um dos latifundiários e grileiros da região, foi prefeito de Presidente Prudente (2001-2006), e histórico inimigo do MST.

Foram 28 empreendimentos, com 35 famílias ocupando 176,7 ha, com financiamento de R\$ 1.032.000,00. Ao longo de todo período 2001-2015, foram criados 36 empreendimentos, envolvendo 280 famílias em uma área de 1.715,7 ha, ao custo de R\$ 7.731.387,00 (Tabela 2).

Tabela 02: Territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema (2001-2015).

municípios	empreendimentos	famílias	áreas (ha)	áreas/famílias	tipo
Álvares Machado	3	3	18	6	CAF
Anhumas	1	16	85	5,31	BT
Emilianópolis	14	14	65,7	7,14	CAF
Martinópolis	1	16	88	5,5	BT
Narandiba	8	33	164	5	CAF e BT
Presidente Bernardes	2	28	128	4,5	CAF e BT
Presidente Prudente	1	41	253	6,17	BT
Rancharia	2	41	296	7,21	CAF e BT
Santo Anastácio	2	2	12	6	CAF
Santo Expedito	1	30	121	4	BT
Tarabai	1	56	484	8,6	BT
TOTAL	36	280	1715,7	6,12	-

Fonte: PNCF, 2016. Org. Autores.

Com o CAF, houve uma reformulação do gerenciamento do BT. Nessa etapa a política de crédito fundiário passou a ser responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Houve uma paralisação da atividade do crédito fundiário entre 2002 e 2004, devido a uma revisão da metodologia de atuação. O BT passou a ser considerado um passivo, devido aos seus problemas, como as altas taxas de inadimplência em todo o estado. Em relação ao BT, a função do ITESP limitou-se ao auxílio na regularização fundiária e no pagamento das dívidas. Já o CAF direcionou o ITESP para uma atuação de acompanhamento, desde a compra da propriedade até os projetos de infraestrutura e obtenção de crédito agrícola (MDA, 2005).

Em uma rápida comparação entre os empreendimentos de crédito fundiário com os assentamentos de reforma agrária criados na mesma época (2001 a 2014), vemos que para os 34 assentamentos foram destinadas 1.443 famílias em 30.986 ha. No crédito fundiário a média de hectares por famílias é de 6,1, enquanto nos assentamentos é de 21,4, quer dizer, os assentamentos são na média 3,5 vezes maiores que os empreendimentos.

Durante a década de 1990, no momento de ascensão da luta pela terra (DATALUTA, 2016), era importante para os latifundiários deslegitimar o MST e as ocupações de terra e isso não foi diferente no Pontal. Percebemos que o BT se tornou um instrumento

mais de esvaziamento político da luta pela terra e menos de combate à pobreza rural. O BT atendia os interesses de frações das classes dominantes na região, sobretudo dos latifundiários, representadas por prefeitos, políticos e entidades ruralistas, como uma forma de deslegitimar a luta pela terra e as ocupações das áreas devolutas do Pontal. Nesse período, o MST-Pontal continuou apostando nas ocupações de terra e na massificação dos acampamentos, criticando a CRAM e defendendo a reforma agrária na região. Ao se impor como resposta à demanda por assentamentos pelos movimentos, a proposta de mercado acabou por não preencher as necessidades de reprodução das famílias mutuárias que aderiram ao programa, restando o minifúndio e o endividamento das famílias, conforme veremos no item seguinte.

O pesadelo da dívida nos territórios do Banco da Terra no Pontal do Paranapanema – SP

Nos empreendimentos de crédito fundiário do BT, após formado o espaço da subalternidade, as famílias selecionavam uma propriedade, criavam uma associação, contraíam um empréstimo do agente financeiro, com juros de 6% a 10% ao ano (com 3 anos de carência), compravam a propriedade, alocavam os recursos de infraestrutura e em seguida se engajavam na execução de um projeto produtivo com recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O percentual de endividamento dos empreendimentos do BT no estado de São Paulo, em 2016, foi de 54%, enquanto no CAF a cifra correspondente foi de 12% (SEAD,2017). No Pontal do Paranapanema, em 2018, apenas 1 empreendimento do BT estava adimplente. Nenhum empreendimento havia integralizado as parcelas junto ao banco, levando todas as associações a uma situação de inadimplência. Conforme veremos, vários motivos levaram a essa situação nos territórios do crédito fundiário no Pontal do Paranapanema. Ao contrário do que se poderia supor, essa situação não foi provocada pelos mutuários.

Quando analisamos a configuração territorial dos empreendimentos, vamos observar uma realidade de pouca terra com muita gente (Tabela 3). No BT temos uma média de 30 famílias por empreendimento, equivalente a apenas 6,3 hectares por família, comprados por um valor médio de R\$ 27.344,00 por família. O custo elevado das terras no estado de São Paulo, o baixo nível de renda familiar e os poucos recursos destinados às famílias levaram à compra de propriedades que, quando parceladas, eram muito caras e pequenas para a reprodução social das famílias. Tanto os empreendimentos do BT quanto do CAF estavam abaixo do módulo fiscal médio do Pontal, que é de 24 hectares. Estavam

muito mais próximos da fração mínima de parcelamento, de 3 hectares. Em suma, estamos diante de um processo de minifundialização e endividamento.

Tabela 03: Pontal do Paranapanema - Empreendimentos do Banco da Terra

Empreendimento	Nº Famílias	Área (ha)	Valor inicial
Anhumas	16	85,00	R\$ 400.000,00
Martinópolis	16	88,00	R\$ 399.994,00
Narandiba	26	133,00	R\$ 650.000,00
Presidente Bernardes	20	85,00	R\$ 499.440,00
Santo Expedito	30	121,00	R\$ 749.999,00
Presidente Prudente	41	253,00	R\$ 1.208.465,00
Rancharia	40	290,00	R\$ 1.199.426,00
Tarabai	56	484,00	R\$ 1.592.063,00
Total	245	1539	R\$ 6.699.387,00

Fonte: PNCF, 2016. Org. Autores

Passados mais de 15 anos desde a aquisição das propriedades, os juros já multiplicaram o preço da terra em mais de 300% do valor inicial, ou seja, do recurso inicial destinado à compra, R\$ 6.699.387,00. Os juros elevaram esse valor para cerca de R\$ 20.098.161,00. Eis um dos relatos sobre essa questão:

A dívida da terra, o juro muito alto, então de 2006 e 2007, então ainda tá correndo o juros, ela parou agora, 2016, que teve a negociação. Mas a dívida nossa era R\$1 milhão 290 mil, de tudo, a benfeitoria, hoje ela tá em R\$3 milhões, hoje tá mais o juro do que na verdade a dívida (Entrevistado de Rancharia, 2017).

A inadimplência levou ao congelamento das contas bancárias das famílias e à impossibilidade de captação de recurso via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou outras formas de crédito. Para elas, isso teve vários significados, como o temor de serem desapropriados e o sentimento de abandono pelo Estado, levando a uma retração no investimento produtivo e em infraestrutura. O endividamento é uma espécie de prisão para muitas famílias: “A pessoa, enquanto não quitar a sua dívida, [fica] sem financiamento - ela não pode fazer nada” (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017).

Em Presidente Prudente/SP, quando a associação não conseguiu pagar o primeiro parcelamento, foi investigada pela Procuradoria Geral da República e processada, com vistas à recuperação do financiamento, sob alegação de que as famílias tinham adquirido propriedade devoluta. Esse processo culminou em uma investigação do MDA que teve como resultado o congelamento das contas bancárias das famílias, obrigando-as a legalizar as terras, que eram 80% municipais e 20% estaduais (LIMA 2015; 2018). O custo de legalização

das terras municipais para a Associação foi de R\$17.941,00 em 2007. Somente em 2017, a Associação conseguiu regularizar as terras devolutas pertencentes ao Estado.

As terras devolutas adquiridas pertenciam ao 2º Perímetro de Presidente Prudente. Eram conhecidas de longa data, pois foram julgadas devolutas em 1942 pelo Juiz Luís Francisco de Souza Nogueira e confirmados pelo Tribunal de Justiça do Estado (LEITE, 1998). Essa operação nos mostra como a CRAM pode beneficiar os proprietários de terra, grileiros neste caso, e o capital financeiro, às custas das famílias camponesas e da sociedade como um todo.

Os problemas do BT estavam presentes desde a seleção dos beneficiários e a formação das associações. Quanto à seleção dos beneficiários, houve uma gama muito ampla de sujeitos vindos de diferentes localidades e perfis, reunidos com o único intuito de acessar a terra. Alguns grupos foram formados por políticos, técnicos e lideranças sindicais que não conduziram um processo de formação de identidade e de conquista coletiva da terra. Em Rancharia/SP, por exemplo, a associação foi formada por um professor de agronomia de uma escola técnica do município, angariando 20 famílias do município, mais 10 do distrito de Gardênia e 10 do distrito de Agissê. Segundo entrevista (Entrevistado de Rancharia, 2017) com o representante da associação, isso gerou um descompasso de interesses tendo como resultado o abandono de parte dessas famílias, após perceberem a obrigatoriedade de morar no empreendimento, pois queriam continuar morando na área urbana. Isso provocou uma abertura na lista para a substituição de mutuários; a lista ficou em aberto por muito tempo. Essa irregularidade foi um dos fatores que gerou o não pagamento da primeira parcela do financiamento.

Desistências e substituições são duas situações muito recorrentes nos empreendimentos do BT. Em Tarabai/SP, das 56 famílias iniciais, cerca de 27 famílias desistiram (48,21%); em Rancharia 21 das 40 famílias deixaram o empreendimento (52%); em Presidente Prudente, do grupo inicial de 41 famílias, 11 foram substituídas (26%).

O desenvolvimento dos projetos produtivos coletivos passou por uma série de conflitos, até “serem abandonados” e as famílias passarem a ter projetos individuais. Em Rancharia/SP, foi o agente financeiro, o Banco do Brasil, que barrou o projeto coletivo:

Na verdade, como associação, no dia pra sair o Pronaf precisou de repartir o lote aqui dentro, porque o banco não aceitou trabalhar em associação pra pegar o Pronaf. Aqui em cima, que seria a vila aqui, seria 20 mil metros pra cada família, o restante da área seria pra associação, o projeto era esse [...] Tudo aqui, é 120 alqueires, aqui da 290 e alguma coisa de hectare. Então o banco não aceitou, então veio o topógrafo nos repartiu em cima e repartiu em baixo, em partes iguais pra todo mundo (entrevistado de Rancharia, 2017).

Em Presidente Prudente/SP, a associação não recebeu o recurso inicial do PRONAF e por meio de seu investimento pessoal, os assentados começaram a desenvolver a produção coletiva de batata-doce, milho e feijão. Contudo, com as contínuas modificações institucionais, o abandono do acompanhamento técnico pela prefeitura e os desentendimentos internos entre as famílias, o projeto se desestruturou:

No começo a gente tava em 2002, em junho começamos a produzir lá. Ai produzia em conjunto, certo? Tava até indo bem. A prefeitura junto com o BT era o mesmo que idealizava né quando começaram. Então ela tinha uma influência sobre os produtores, então, apesar que quem tocava a produção era a associação. Então ela tentava dar uma gestão, uma gerência, um auxílio. [...] A energia elétrica foi através desse retorno do plantio que fizemos, certo? Tava indo bem. Teve uma mudança no BT né, no pessoal da prefeitura que saíram e acho que entrou outro pessoal e não entraram compromissado com o programa. Aí ficou largado mesmo. A seção lá do BT ficou largado mesmo. Aí teve o processo lá da troca do presidente, certo? Ai que ficou largado mesmo, ficamos abandonado. É que quem fazia a gestão do BT das associações era a UNIPONTAL. [...] E nesse meio tempo venceu o prazo prá gente pagar, certo? Então ai teve a falha da produção, nós ficamos sem orientação, certo? Nós não conseguimos produzir, certo? O pessoal tava morando lá, não tava tendo renda, certo? E como não tinha auxílio ficamos meio largado. Ai saiu o presidente que tava tocando a frente, tava indo bem. Saiu, por desentendimento interno. Na época nós não tivemos o PRONAF, que foi prometido desde o começo, quatro, cinco anos depois, certo? Mesmo assim a gente tava indo até razoavelmente bem sem esse Pronaf mesmo (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017, grifo nosso).

Além dessa descapitalização, ocorreram erros no orçamento do investimento em infraestrutura para a instalação da rede elétrica, fossas sépticas, poços artesianos e caixas d'água. O recurso destinado foi de R\$10 mil, contudo, a instalação da infraestrutura só foi possível por causa do sacrifício das famílias mutuárias, que investiram R\$85 mil para concluir o projeto. Esses exemplos nos ajudam a ilustrar as causas da inadimplência dos empreendimentos, gerados pelos inúmeros erros técnicos dos projetos.

Houve algumas tentativas do governo federal para a renegociação das dívidas do BT. No Pontal, foi sobretudo com a Lei 13.340 de setembro de 2016 que houve avanços, facilitados por uma articulação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER)⁷, que reuniu as famílias mutuárias, MDA e ITESP para acompanhar a adequação dos empreendimentos às normas: a lei definia que as associações deveriam pagar ao menos uma parcela da dívida para retomar a situação de adimplência e em seguida individualizar a dívida, ou seja, passar a dívida que estava no nome da associação para o nome de cada família individualmente.

⁷ O Colegiado Territorial era uma instância local de gestão da política de desenvolvimento territorial criado em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e envolvia gestores públicos e representantes da sociedade civil. Ver detalhes em Delgado e Leite (2015).

Das associações analisadas, a que estava no processo mais avançado de individualização era a de Presidente Prudente/SP, pois também tinha o grau mais avançado de organização, coesão interna e acompanhamento da tramitação institucional. Em novembro de 2017, a associação estava pagando a primeira parcela individual de R\$ 3.300 /família por ano. Segundo uma entrevista dada ao jornal *O Imparcial*, as famílias temiam que as dificuldades para obter o dinheiro as fizessem perder o prazo limite para a regularização (*O Imparcial*, 04 de mar. de 2018).

A renegociação e a individualização das dívidas têm sido vistas pela maioria das famílias como a principal saída para seus problemas. Em nossa análise, é uma normativa que estimula a individualização das relações sociais, já fragilizadas dentro dos empreendimentos, facilitando a coerção do agente financeiro e da especulação fundiária. Uma das principais reclamações dos líderes das associações sempre foi a baixa participação dos associados nos assuntos gerais e no engajamento em tarefas burocráticas. A participação, porém, era mais substancial quando se tratava da renegociação e individualização das dívidas. Participação, renegociação, individualização, endividamento, devem ser melhor apreciadas a partir da contradição subordinação x resistência empreendidas pelas famílias, conforme veremos a seguir.

Subordinação e resistência: territorialidades em construção

O endividamento, a pressão exercida pelos agentes financeiros e pelo Estado e outros aspectos elencados acima demonstram uma situação de subalternidade profunda das famílias camponesas perante esses agentes. Contudo, conforme Ramos Filho (2013, p. 254) e Ross (2013), o campesinato encontra, em meio às formas de subordinação, maneiras de reprodução social, de resistência, seja integrando-se nas cadeias produtivas controladas do agronegócio, seja acessando políticas de crédito e compra institucional, seja se assalariando. A resistência pode ser observada também no enfrentamento, na luta contra as políticas de desenvolvimento territorial do agronegócio.

Nos empreendimentos, a luta pela permanência na terra é a dimensão da resistência mais evidente. Todavia, ressaltaremos, de forma breve, dois componentes da resistência: a produção familiar; e a, embora incipiente, forma de articulação regional entre as associações.

Sobre a produção familiar, observamos nos empreendimentos a presença do gado leiteiro, em Tarabai/SP e Rancharia/SP, e de hortaliças e batata doce, em Presidente Prudente/SP. Apesar de insuficiente, o leite compõe parte significativa da renda familiar, sendo em 2017, comercializado a R\$1 o litro. Os laticínios capturam parte considerável da

renda da terra. Um dos entraves é o tamanho da propriedade, que permite a criação de no máximo 4 a 6 vacas por lote e a manutenção dos animais em tempo de seca e estiagem.

Em Rancharia/SP não foi possível acessar o PRONAF devido a irregularidades no quadro de associados. Já em Tarabai/SP, quando o recurso foi captado depois de 3 anos, a situação de escassez e estiagem levou ao endividamento das famílias, pois o recurso acabou sendo destinado à subsistência familiar, sem possibilidade de excedente para o pagamento do crédito rural. Em Presidente Prudente/SP, a associação conseguiu acessar seu primeiro recurso após 5 anos de existência, mas o crédito agrícola durou até 2011, quando foi cancelado pelo agente financeiro, devido o processo judicial comentado anteriormente.

O único empreendimento que acessou as políticas de compra institucional foi de Presidente Prudente/SP. Das 41 famílias, seis participavam do programa entregando batata-doce e hortaliças ao município. Os programas eram avaliados como importantes para a elevação da renda familiar. Por volta de 2016, a associação passou a captar somente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse período, segundo o presidente da associação, 11 produtores viviam sobretudo da produção agrícola. Eles vendiam parte da sua produção para o PNAE e o excedente era comercializado individualmente nas feiras, beiras de estrada e centros de abastecimento.

Em todos os empreendimentos, as políticas de redistribuição de renda, como Bolsa Família e previdência social, como a aposentadoria e o trabalho acessório eram fundamentais para a permanência delas no empreendimento.

O endividamento foi visto por muitas famílias como um entrave ao desenvolvimento produtivo. Após cerca de dez anos de existência, os empreendimentos do BT buscaram formas de articulação para pressionar o poder público. Em reunião realizada em 2012 em Presidente Prudente/SP, as associações produziram um manifesto intitulado “Carta aberta dos agricultores do Banco da Terra da região de Presidente Prudente”. Nesta carta, dirigida ao MDA, exigiram, entre outras coisas, a renegociação e a individualização das dívidas, segundo a lei 11.775/2008:

- a) Cobrar do agente financeiro (Banco do Brasil) maior respeito com o Mutuário do Banco da Terra, ter pessoal qualificado e treinado e com conhecimento da legislação do programa e dos procedimentos específicos para o correto atendimento dos mutuários/agricultores; maior agilidade nos processos ou mesmo a substituição do agente financeiro (Banco) já que não cumpre a sua função.
- a) Efetivar a Renegociação feita conforme a lei.11.775/2008
- b) Efetivar a Individualização das Terras e das Dívidas feita de acordo com a lei 11.775/2008
- c) Verificar a existência de irregularidades nas propriedades rurais adquirida, sob o fundamento de se tratar de terras devolutas e se afirmativo providenciarem sua completa regularização

- d) Ter acompanhamento técnico, social e econômico nas famílias e propriedades.
- e) Estruturar e Revitalizar as associações que se encontram fragilizadas diante da infinidade de erros cometidos pelo programa
- f) Implementação de programas para a Recuperação e Revitalização do projeto Banco da Terra; detalhe com acompanhamento técnico (Carta aberta dos agricultores do Banco da Terra da região de Presidente Prudente, 2012).

No ano seguinte, a associação de Presidente Prudente/SP também se mobilizou por conta própria e produziu um documento chamado “Do sonho ao pesadelo”, que denunciava o abandono do Estado, o caráter rentista dos agentes financeiros e o sentimento de terem seus sonhos transformados em um verdadeiro pesadelo:

A Individualização das dívidas e das Terras, um grande sonho que os produtores anseiam, o Projeto está pronto e aprovado pelo ITESP/UTE, portanto estamos esperando o banco providenciar o Aditivo, vamos esperar mais uma vez. **Acreditamos que é o cominho de resolvermos a inadimplência e enfim sair deste PESADELO** (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ, 2013, negrito do autor).

A organização das associações, apesar dos limites, em busca de suas reivindicações pode ser vista como formas de resistência, forjando espaços de socialização política, compartilhando experiências e identificando a exploração. Esse espaço autônomo foi sendo fortalecido com a presença do Codeter. Ele tinha um canal de diálogo com o governo federal, mas limitou o debate político à tramitação institucional da renegociação e individualização.

O vivido territorial, ou seja, as territorialidades nos empreendimentos de crédito fundiário foram marcadas pelas imposições do capital financeiro e das instituições do Estado, precarizando as condições de (re)produção social das famílias. Essas territorialidades, utilizando o conceito de Raffestin (2011), são profundamente dissimétricas. Em complementaridade, Ramos Filho (2013), afirma que esses empreendimentos possuem territorialidades em construção, uma vez que estão em constante transformação e instabilidade.

Considerações finais

O Banco Mundial é um agente produtor do espaço que atua em escala mundial. É, como afirma Pereira (2010), um forte ator político, econômico e intelectual que nas últimas décadas vem influenciando as agendas nacionais a adotar o neoliberalismo e se alinhar ao imperialismo estadunidense. A instituição passou por uma reformulação interna que incorporou a reforma agrária no seu conjunto de políticas. Com isso, de um lado fez uma

crítica ao modelo desapropriativo e do outro promoveu a chamada “reforma agrária à luz do mercado”, que nós conceituamos como CRAM.

Os governos brasileiros passaram a adotar a agenda neoliberal nos anos 1990, a partir do governo FHC. Como resposta à luta pela terra, a “reforma agrária” do BM foi implementada por meio de políticas de crédito fundiário. Nos governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma, o crédito fundiário foi mantido e reciclado, transformando-se em uma política de Estado, por meio do PNCF. Com o golpe de 2016 e o governo Temer, houve a retomada do ciclo neoliberal. Temer fez um conjunto de cortes que atingiram a política de reforma agrária como um todo, em benefício do agronegócio. A CRAM foi mantida e novamente remodelada, mas com menor desempenho, criando menos empreendimentos.

Quando o crédito fundiário foi adotado no estado de São Paulo, mas sobretudo no Pontal do Paranapanema, ela foi conduzida pelas classes dominantes. Foram os ruralistas e os latifundiários que, devido a intensidade da luta pela terra na região, articularam a criação dos primeiros empreendimentos do BT, com vistas a combater o MST.

Os empreendimentos do BT no Pontal apresentaram: a) um alto índice de inadimplência; b) associações frágeis, com laços ligados sobretudo ao pagamento e à regularização das dívidas; c) erros técnicos e operacionais dos gestores do BT, levando à inviabilidade produtiva dos empreendimentos; d) abandono do Estado do ponto de vista da assistência técnica e monitoramento dos projetos; e) elevado índice de rotatividade de famílias, devido às desistências e substituições. Essa situação, caracterizada pela ameaça do endividamento, ou seja, da desapropriação e da execução pelo agente financeiro, construiu um imaginário de prisão e pesadelo, enquanto as famílias lutaram e continuam lutando para permanecer na terra e sanar suas pendências com o agente financeiro. Nessa ação de resistência para permanecer na terra, a reconfiguração de seus laços coletivos e reprodução de seu modo de vida passam necessariamente pela anistia da dívida e a retomada de políticas públicas para prover técnica e economicamente as famílias mutuárias.

Referências

ANDRADE, Tania. Três perguntinhas difíceis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v.1, 2 e 3, jan/dez, 1998/1999.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.207-228.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos PT**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018

_____. **O Brasil de Bolsonaro**. Prefácio à edição italiana do livro Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos PT. Fonte: <https://www.academia.edu/40156331/O_Brasil_de_Bolsonaro_-_Prefacio_à_Edição_Italiana_do_livro_Reforma_e_crise_política_no_Brasil>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. 2012. 271 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DA ROS, César Augusto. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.259-284

DATALUTA. **Relatório Brasil 2015**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2016.

_____. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2013.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: EFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 239-260

Editorial. Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos Rebelde. **O IMPARCIAL**, Presidente Prudente, 22 dez, 1998, p.273-301

Encontro oficializa Banco da Terra. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Agroeste, 19 jun. 2001, p.1.5.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo; FLASCO; 2013. p.191-206.

GEMINANI et. al. A implantação de programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.229-258.

ITESP. Pontal do Paranapanema: novos investimentos buscam o desenvolvimento da região. **Fatos da terra** São Paulo: ITESP, n.19, ano 6, 2007

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1998

LIMA, Rodolfo de Souza. **Entre a independência e o endividamento: análise da contrarreforma agrária pelo Banco da Terra em Presidente Prudente (2001-2013)**. 2015. 140 f. Monografia (bacharelado – geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

_____. **Do sonho da terra ao pesadelo da dívida: a territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema**. 2018. 224 f. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003 – 2006: Lula). **Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Nov. 2003. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. 364 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil**. OXFAM BRASIL, nov. de 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 11 de fev. de 2017.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Teoria, luta política e balanço de resultados. 2004. 208f. Dissertação (mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro.

_____. Neoliberalismo, política de terras e reforma agrária de mercado na América Latina. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-48.

_____. **O Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro 1944-2008**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão Agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

ROOS, Djoni. **Contadições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. 2015. 390f. Tese

(doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado do São Paulo. **Covas assina convênio do Banco da Terra.** 2000. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=4650&c=6>>.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Subsecretaria de Reordenamento Agrário. **Painel de indicadores gerenciais da subsecretária de reordenamento agrário.** Boletim ano XI, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/painel-de-indicadores-2017>>

_____. **Grupo de trabalho de reformulação do crédito fundiário**, mai. 2017. Arquivo digital não disponível na web.

SAUER, Sérgio. "Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 18, p. 98-126, 2010

_____. Como Bolsonaro contribui para aumentar a especulação e a concentração de terras?. **Brasil de fato**, São Paulo, 12 de jun. de 2019. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/06/12/como-bolsonaro-atua-para-aumentar-a-concentracao-e-especulacao-de-terras/>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

SILVA Danielle Fabiane; CLEPS JUNIOR, João. A territorialização da reforma agrária de mercado: a atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1056_1.pdf>

THOMAZ Junior., Antonio. Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro. **Revista Pegada**, v. 10, 2009, p. 1-14

VIA CAMPESINA. **A armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa popular/La Via Campesina. 2006. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/Cartilha%20Rede%20Social.pdf>>.

Sobre os autores

Rodolfo de Souza Lima – é doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT-UNESP em Presidente Prudente. Concluiu o mestrado, licenciatura e bacharelado na mesma instituição. É Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Atuou como professor de Projeto Interdisciplinar (PID)

II e Metodologia em Geografia no Curso de Geografia da FCT-UNESP. **OrcID** –
<https://orcid.org/0000-0002-5050-9900>

Ricardo Pires de Paula – Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1997), Mestrado (2001), Doutorado (2007) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-Doutorado na Université Lumière 2, Lyon/França. Atua como Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT - UNESP - nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia - Presidente Prudente/SP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, sindicalismo docente, associação de professores, greve de professores, campo educacional, neoliberalismo, movimentos sociais urbanos e rurais. Participação em pesquisas relacionadas à Educação do Campo. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4956-9973>.

Como citar este artigo

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 146-167, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Este campo é exclusivo para artigos com mais de um autor(a). As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica e análise foram desenvolvidas em grupo. O autor **Rodolfo de Souza Lima** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e suas interpretações e análise; o segundo autor, **Ricardo Pires de Paula**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo. Este modelo está disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/about/editorialPolicies#custom-9>.

Recebido para publicação em 04 de março de 2020.

Aceito para a publicação em 03 de abril de 2021.
